



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO Estado pede ao Sinte que apresente sua proposta

“Professores têm até hoje para formular uma alternativa que fique dentro do limite de R\$ 22 milhões”

(DC, Geral , p. 30)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 9/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 9/6/11
Assunto: Greve do Magistério – Estado pede ao Sinte que apresente sua proposta		Página: 30

GREVE DO MAGISTÉRIO

Estado pede ao Sinte que apresente sua proposta

Professores têm até hoje para formular uma alternativa que fique dentro do limite de R\$ 22 milhões

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Sem avanços nas negociações, a greve deve continuar na rede estadual de ensino. A decisão sai, hoje, da assembleia estadual dos professores. Ontem, o governo afirmou que as alternativas foram esgotadas e pediu que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) apresente, até hoje de manhã, uma proposta dentro dos limites financeiros do Estado ou escolha uma das três opções dadas até agora.

As propostas foram apresentadas entre 23 de maio e a última segunda-feira (ver quadro). Todas foram rejeitadas pelos professores, que não abrem mão dos valores da regência de classe de 40% sobre o salário-base para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e de 25% para docentes do 6º ao 9º ano do fundamental e do ensino médio.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, disse que a manutenção do índice aumentaria os gastos mensais em R\$ 34 milhões. O limite do governo era de R\$ 20 mi-

lhões, e chegou a R\$ 22 milhões.

– Os recursos não virão mais apenas da pasta da Educação. Precisaremos recorrer ao tesouro do Estado – observou Deschamps.

Para ele, até agora apenas o governo fez concessões.

– Estamos há duas semanas fazendo melhorias. O Sinte não cedeu em nada. Isso não é negociar.

O documento entregue ontem aos professores, e que passou pela revisão do governador Raimundo Colombo, informa que se o sindicato não aceitar nenhuma proposta, elas serão retiradas e será mantida a medida provisória (MP) que paga o piso para 35 mil docentes que recebiam salário-base menor do que R\$ 1.187.

julia.antunes@diario.com.br



Para Tebaldi (à esq.) e Deschamps, opções de negociação esgotaram



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 9/6/11
Assunto: Greve do Magistério – Estado pede ao Sinte que apresente sua proposta		Página: 30

Propostas já apresentadas

23 DE MAIO

- Paga o piso de R\$ 1.187 para todos os professores, cerca de 35 mil (53% do total), que não recebiam isso no salário-base.
- Mantém a regência de classe de 40% sobre o salário-base para os docentes de 1º a 5º ano do ensino fundamental, e de 25% para os de 6º a 9º ano e de ensino médio.
- Mantém o Prêmio Educar de R\$ 200.
- A MP com essa mudança foi encaminhada

a Assembleia Legislativa. Ela tem 60 dias para ser votada, 17 já se passaram.

Por que os professores rejeitaram?

- Achata a tabela salarial sem respeitar a progressão na carreira. O professor de nível médio e com graduação passam a receber a mesma coisa. Para um professor pós-graduado, nada muda, porque o salário-base dele era acima do piso.

2 DE JUNHO

- Menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. Há reajuste de salário para todos os 66 mil professores da rede.
- Extingue o Prêmio Educar, que é incorporado à tabela salarial.
- Muda os valores da regência de classe para 15% para todos os professores.
- A diferença salarial entre os níveis de formação: um professor de nível médio passa

de R\$ 609 para R\$ 1.190 e um com curso superior vai de R\$ 993 para R\$ 1.420.

Por que os professores rejeitaram?

- São contra os novos índices da regência.

- Incorpora o Prêmio Educar na proporção que o Sinte queria.
- Muda os valores da regência de classe: quem recebe 40% passa para 25%, e quem recebe 25% passa para 17%

6 DE JUNHO

- Menor salário-base fica sendo o piso nacional de R\$ 1.187. Há reajuste de salário para todos os 66 mil professores da rede.

Por que os professores rejeitaram?

- Não aceitam o novo valor da regência de classe. Querem a manutenção dos índices iniciais (40% e 25%).

Pedidos só depois da assembleia

A coordenadora estadual do Sinte, Alvete Bedin, afirmou que o sindicato apresentará a proposta após discussão na assembleia estadual das 14h, na Passarela Nego Quirido, na Capital. Eles pedirão que o Estado mostre como vai repassar o reajuste do primeiro nível (de 94%) para o restante da tabela, como a categoria pede.

– Queremos saber como ele vai complementar essa aplicação do piso que ele fez. Em quantas parcelas e até quando isso será feito? – questionou.

Alvete disse que as propostas do governo serão discutidas, mas que dificilmente alguma será aceita e, por isso, a greve continua.

– Não aceitamos perder os valores da regência de classe. Estamos cedendo nossos direitos há dois anos e meio. A categoria não aguenta mais.

Ontem, o secretário da Educação, Marco Tebaldi, ressaltou que a lei não fala em progressão de carreira e que o cumprimento da lei – que prevê reajuste de 22% para 2012 – vai exigir a reestruturação da tabela atual.

– O plano atual é defasado. É preciso discutir a nova tabela. Por isso, propomos o grupo de trabalho – disse.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 09/06/11
Assunto: Permanece impasse na greve		Página: 04

Permanece impasse na greve

Professores. Governo precisará de R\$ 220 milhões para cumprir a proposta atual

FLORIANÓPOLIS — A contraproposta apresentada na segunda-feira pelo governo do Estado não foi aceita pelas 30 regionais do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), que votaram pela continuidade da greve até uma nova negociação. Os professores mostram insatisfação frente à nova proposta, que passou a adicionar progressões na tabela salarial a partir do novo piso nacional, mas diminuiu percentuais aditivos de regência.

O secretário estadual de educação, Marco Tebaldi, afirma que para cumprir esta proposta teriam que ser investidos mais R\$ 22 milhões por mês na folha de pagamento dos professores. Já a secretaria da Fazenda, no entanto, afirma que para cumprir esta promessa o governo será obrigado a retirar fundos já destinados a outros fins, como os destinados à emergências da Defesa Civil.

“Será preciso utilizar os R\$ 50 milhões disponíveis em caixa, R\$ 50 milhões de capital de giro, R\$ 50 milhões de fundo de emergência e R\$ 50 milhões em pagamento de dívidas para chegar aos R\$ 220 milhões necessários para os 10 meses negociados na contraproposta. Teremos que raspar o caixa”, explica Ubiratan Rezende, secretário estadual da Fazenda.

Segundo ele, mesmo que a proposta retrocedesse ao aumento mínimo regulamentado pela medida provisória que entrou em vigor às vésperas da greve, o governo teria que abocanhar outros recursos, uma vez que há disponível apenas R\$ 50 milhões anuais dos R\$ 140 milhões previstos nessa proposta.

Assunto contamina campo político

Enquanto grevistas estavam no hall da Assembleia, líderes dos partidos da base do governo (DEM, PSDB, PMDB, PP e PTB) se reuniam com o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. Depois da reunião, o líder do PSDB, Dado Chereim, reclamou bom senso porque “o governo já avançou bastante.” O líder do DEM, deputado Jean Kulhmann, também disse que o governo fez o que podia. “Não é momento para radicalismo.”

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos, disse que o governo do Estado “chegou ao limite do limite, o governador Colombo já cedeu ao máximo.” Mattos informou que na semana que vem a folha da Educação já roda com os valores baseados na Medida Provisória 188, que fixa o piso salarial nacional.

Para o líder da bancada do PMDB, Manoel Motta, a greve chegou a um ponto delicado. “Não há a menor dúvida que uma parcela pequena dos grevistas está aproveitando para fazer agitação política”, diz. **(João Meassi)**



AUXÍLIO

Líderes grevistas ontem solicitavam ajuda a deputados da oposição para reforçar o caixa da assembleia de hoje

Governo intima retorno às aulas

Em reunião feita na manhã de ontem entre o comando de greve e o secretário estadual de educação, Marco Tebaldi, não houve avanços. Porém o secretário deu prazo de 24 horas para que o Sinte-SC apresente nova proposta ou acabe com a greve. O governo do Estado propõe montar um grupo para discutir com calma a tabela de progressão.

Durante a tarde, as regionais de Florianópolis e São José deram uma demonstração de força em protesto na Assembleia Legislativa, e sinalizando que estão preparados para estender por mais tempo a greve que já dura 23 dias. “A regência e gratificações não estavam na pauta de negociações. Nós entramos na greve para que a lei fosse cumprida e o piso fosse

pago. A categoria está disposta a lutar pelos seus direitos”, afirma Rosane de Souza, coordenadora da regional de Florianópolis do Sinte-SC.

Hoje na Capital os professores realizam nova assembleia estadual, no Centrosul, e a expectativa do sindicato é a presença de mais de 10 mil trabalhadores de todo o Estado.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 09/06/11
Assunto: Quatro opções para grevistas		Página: 14

Quatro opções para grevistas

Governo diz que esgotou alternativas nos limites dos recursos do Estado

Sem avanços nas negociações, a greve deve continuar na rede estadual de ensino. A decisão sai, hoje, da assembleia estadual dos professores. O governo afirmou, ontem, que todas as alternativas foram esgotadas e pediu para o que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) apresentasse, até hoje de manhã, alguma proposta dentro dos limites financeiros do Estado ou escolhesse alguma das três opções dadas até agora.

As propostas foram apresentadas entre 23 de maio e a segunda-feira. Todas foram rejeitadas pelos professores, que não abrem mão dos valores da regência de classe de 40% sobre o salário-base para os professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e de 25% para os de 6º ao 9º ano do fundamental e de ensino médio.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps,

explicou que a manutenção do índice da regência de classe aumentaria os gastos em cerca de R\$ 34 milhões mensais. O limite dado pelo governo era de R\$ 20 milhões, e chegou aos R\$ 22 milhões, na última tabela salarial. “Os recursos não virão mais apenas da pasta da Educação. Precisaremos recorrer ao tesouro do Estado”, observou Deschamps.

O documento entregue ontem aos professores, e que passou pela revisão do governador Raimundo Colombo, informa que se o sindicato não aceitar nenhuma alternativa, serão retiradas todas as propostas financeiras apresentadas. Será mantida a medida provisória (MP) na Assembleia Legislativa. O documento prevê o pagamento do piso para 35 mil docentes que ainda não recebiam os R\$ 1.187 no salário-base.

A coordenadora estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, afirmou que a entidade irá apresentar uma proposta ao governo após discussão na assembleia marcada para as 14 horas, na Passarela Nego Quirido, na Capital. Eles pedirão que o governo mostre de que maneira vai repassar o

reajuste dado no primeiro nível (de 94%) para o restante da tabela. “Queremos saber como ele vai complementar essa aplicação do piso que ele fez. Em quantas parcelas e até quando isso será feito?”, questionou Alvet. A coordenadora disse que as três alternativas, apresentadas pelo governo, serão discutidas na assembleia, mas adiantou que dificilmente alguma será aceita.

A paralisação completa 23 dias nesta quinta. Se a greve terminasse hoje, os alunos precisariam repor aulas nas férias de julho, informou Eduardo Deschamps.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 09/06/11
Assunto: Impasse e tensão		Página: 02

Impasse e tensão

O governo até aqui vinha colocando propostas na mesa, embora destoando das ansiedades dos professores. Não se pode negar que houve negociação à exaustão. Agora mudou um pouco o discurso. A preocupação é com os alunos que estão perdendo as aulas. Sintomático e veio do Centro Administrativo e da Assembleia Legislativa por parte dos governistas. Mas o Sinte quer continuar discutindo com o governo, que deu 24 horas para que apresente uma contraproposta que será avaliada amanhã à tarde pela assembleia estadual. Independente dessa avaliação, a greve estará em

pauta e pelo resultado das regionais a tendência até aqui é de que continue, embora haja segmentos pensando em retornar às salas de aula. Diferente de situações anteriores, onde os grevistas não eram ouvidos e sofriram retaliações agora há um canal de diálogo, que não se pode desmerecer. Desta vez sentaram a mesa e apresentaram suas propostas e contrapropostas. Não deixa de ser um avanço significativo. Mas lamentavelmente não houve uma conclusão que atendesse ambos os lados. A categoria conquistou algumas vantagens, mas sentiu-se lesada em outras. O governo expôs suas

limitações e mesmo assim deu um passo maior do que o permitido. Apesar de tudo isso não aconteceu um acordo. Os professores têm toda a razão de exigirem a manutenção de avanços e conquistas obtidas em governos passados. Têm todo o direito de exigir do governo que atenda suas reivindicações, mas o governo também tem seus limites, obrigações e responsabilidades. Ainda não rompeu o contato, mas começa a priorizar a garantia da volta às aulas. Há um impasse e uma mudança de rumo a caminho esboçada por deputados governistas e autoridades do governo.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 09/06/11
Assunto: Aulões no Ifsc		Página: 04



● Aulões no Ifsc

Quem vai tentar uma vaga nos cursos técnicos ou de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC), pode se preparar com os aulões gratuitos de 9 a 16 de junho. Serão oferecidas 130 vagas, com inscrições hoje, das 18h às 19h, no campus Florianópolis, preenchidas por CPF em ordem de chegada.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 09/06/11
Assunto: Dia crucial para a educação		Página: 06

Dia crucial para a educação

Mais um capítulo, talvez o mais crucial de todos, será escrito hoje pelos professores do Estado em relação à greve iniciada no dia 18 de maio. A assembleia geral marcada para Florianópolis, com a previsão de presença de representantes da categoria vindos de todas as regiões, pode desaguar no fim da paralisação, pondo termo a um impasse que prejudica os próprios mestres, os pais e alunos, ou criar uma situação inadmissível, porque o governo não cogita reconsiderar os valores da proposta já apresentada ao sindicato dos professores.

O que irritou a categoria foi a redução da régua de classe, que premia quem está em sala de aula, e o conseqüente achatamento entre o novo piso e os patamares percebidos pelos profissionais de escalas superiores, com formação superior e títulos de especialização ou pós-graduação. Com isso, o plano de carreira, de longa vigência, perdeu validade. Por outro lado, o governo cumpriu a lei ao conceder o piso a todos os professores, independente de seu grau de instrução, mas se diz impossibilitado, por problemas de caixa, de universalizar o reajuste.

O governador Raimundo Colombo chegou ao cargo num momento delicado, ou seja, na hora em que o piso nacional deveria ser incorporado à folha dos professores. Mal teve tempo de desencadear as primeiras ações de sua gestão e, de chofre, enfrentou uma greve cujas raízes foram plantadas na administração anterior. O impasse poderia ser resolvido com uma reconsideração dos professores e o compromisso do Estado de voltar a discutir a reposição das diferenças dentro de alguns meses, quando as suas finanças estiverem mais azeitadas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 9/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Um projeto pioneiro

A presidente Dilma Rousseff ficará apenas duas horas, hoje, em Blumenau nesta primeira visita a Santa Catarina. O tempo é curto, mas o programa a ser cumprido comporta múltiplos significados. Vem, em primeiro lugar, resgatar uma dívida do governo federal para com a população do Vale do Itajaí, dramaticamente atingida pela calamidade de 2008. Dilma lá esteve com o presidente Lula, chegou a visitar um abrigo improvisado e prometeu empenho em ajudar os flagelados. O Programa Minha Casa, Minha Vida, que criou na arrancada para a campanha presidencial, adquiriu em Blumenau um caráter pioneiro e algumas singularidades. O ineditismo está no projeto. Pela primeira vez desde que o programa foi instituído será inaugurado um conjunto habitacional popular construído numa área pública. Este, aliás, foi um dos motivos do atraso da obra. As negociações entre a prefeitura e a Caixa Econômica Federal levaram mais de um ano para contornar entraves burocráticos para viabilizar a construção dos apartamentos. Um pioneirismo que acabou transformado em modelo da Caixa Econômica para o resto do Brasil. A presidente vem prestigiar um prefeito do Democratas, futuro PSD. Num Estado onde o PT identificava sua maior oposição na pessoa do ex-senador Jorge Bornhausen. Esta parceria DEM-PT na área social também é um ato republicano a destacar no Vale. E tanto o batalhão precursor como o cerimonial da presidência da República montaram um roteiro em que os destaques serão a presidente Dilma e o prefeito Kleinubing. A comitiva presidencial terá, claro, a marca do PT. De Santa Catarina, a presença da ministra Ideli Salvatti, do secretário Cláudio Vignatti, Décio Lima, além de outros três ministros. Todos de olho em 2012.

PRIORIDADES

Dilma deve receber várias homenagens das autoridades e da população de Blumenau em retribuição à visita. Um documento da Associação dos Municípios do Vale do Itajaí vai enfatizar as três principais reivindicações da região: 1. Agilidade na duplicação da BR-470, o maior calvário da população em todo o Vale; 2. Federalização da Furb e abrangência regional da nova instituição; 3. Agilização na liberação de recursos federais às prefeituras.

Em relação à BR-470, a presidente poderá, no máximo, transmitir seu empenho nas providências administrativas que estão sendo tomadas por órgãos federais. Depois das duas audiências públicas realizadas, tudo está na dependência da licença do Ibama. A previsão do Dnit de Santa Catarina é de que saia em setembro. Coincidirá, então, com a entrega do projeto pela Prosul, a empresa catarinense que foi contratada. Se tudo correr sem entraves, o engenheiro João José dos Santos anuncia para final do ano a concorrência para a contratação da obra. Recursos de R\$ 1 bilhão estão assegurados no PAC, enfatizou. Outra duplicação que poderá ser atacada este ano é a da BR-280, trecho entre Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul. A concorrência para a execução do projeto está em andamento. As propostas serão abertas no dia 21 de julho. A obra está avaliada em R\$ 900 milhões. A Via Expressa de acesso da BR-101 a Florianópolis também está entre as prioridades do Dnit. O consórcio Iguatemi-Sotepa-Essen deve entregar o projeto da nova rodovia até o final do ano.

◆ A assembleia estadual dos professores deve decidir hoje pela continuidade da greve. Mas o comando elaborou uma nova proposta e vai submetê-la aos professores. Se aprovada, será levada ao governo. O Sinte avançou nas negociações com o governo, mas foi desautorizado nas assembleias regionais.

O Estado reiterou que chegou ao limite com despesas de R\$ 22 milhões mensais. Os professores querem manter a regência de classe e a aplicação integral do piso na carreira.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 9/6/11
Assunto: Analfabetismo		Página: 30

Analfabetismo

SERGIO COLLE *

O título do presente artigo cabe muito bem na atual situação de surrealismo reinante no Ministério da Educação. O Brasil é farto em estatísticas de violência, indicadores socioeconômicos, mas carente de bons resultados de políticas públicas. No setor privado, o Brasil tem ido bem, como provam os indicadores econômicos internacionais. Os empresários têm respondido positivamente aos estímulos e oportunidades que o mercado global lhes oferece. Entretanto, eles convivem com verdadeiras barreiras decorrentes da incompetência de gestores públicos e da perpetuação do anacronismo no país, em particular, advindos da existência longeva e persistente do mais formidável cipoal de leis inúteis e obsoletas, que remetem nosso país ao substrato dos países mais atrasados do mundo.

No quesito da educação, é público e notório que o Brasil se mantém na berlinda dos indicadores de qualidade, enquanto o governo federal vem prestando um desserviço permanente à nação. A começar pela inauguração apressada e eleitoreira de

pedras fundamentais de campi universitários e institutos improvisados, visivelmente desalinhados em relação às balizas de qualidade estabelecidas pelos países mais avançados, enquanto não respondem às principais demandas nacionais. Da combinação de inércia com inoperância e incompetência resulta situação permanente de deficiência e atraso.

Um sintoma agravante recente é o fato de o baixo clero do MEC ter recebido o aval do ministro Haddad (ministro-cota imposto pelo ex-presidente Lula) para publicar uma cartilha, que, na prática, oficializada a barbárie linguística. É uma obviedade o fato de a linguagem escrita e falada ser essencial para a cultura de uma sociedade. A má linguagem degenera a comunicação, degrada a qualidade da escrita e compromete todas as atividades afetas à formação do cidadão, seja ela de natureza técnico-científica ou humanística. Nossos filhos e netos, por consequência desses descabros, irão pagar caro, num futuro em que será exigida cada vez mais qualificação na formação educacional.

* Professor da UFSC

Clipping

CNTE

Repetência e evasão minam o ensino médio, alerta Inep

▷ Data: 09/06/2011
▷ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
▷ Editoria: EDUCAÇÃO
▷ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 ENSINO MÉDIO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em debate na Comissão de Educação, presidente de instituto federal diz que 45% dos jovens entre 15 e 17 anos não chegam a concluir o ensino fundamental

Senadora Marisa Serrano (C), com a presidente do Inep, Malvina Tuttman (2º à dir.): comissão analisa novo Plano Nacional de Educação, antes mesmo de sua chegada ao Senado

Dos 15 aos 17 anos, os jovens estão em idade de cursar o ensino médio, mas essa expectativa não vem sendo integralmente cumprida no país, disse ontem a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Malvina Tuttman, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Dos 10,2 milhões de jovens nessa faixa etária, assinalou, 45% não chegaram a terminar o ensino fundamental, seja por atraso decorrente de reprovação ou, no caso de 15%, porque já desistiram da escola.

- Precisamos voltar e olhar o que está acontecendo no ensino fundamental, para entender porque os alunos estão repetindo e repetindo ou se evadindo - observou.

Malvina foi uma das convidadas de audiência destinada a examinar os problemas do ensino médio, na sequência de discussões que a comissão trava sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2021. O projeto do governo ainda tramita na Câmara, mas a comissão optou por antecipar as discussões.

De acordo com a presidente do Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação, a universalização do ensino fundamental foi um inegável avanço. Agora, o novo desafio - ao lado do esforço para estender o ensino médio a todos - é garantir qualidade, inclusive para que a escola seja mais atrativa e possa evitar a repetência e a evasão.

- Essa é uma responsabilidade de todos. Precisamos desmitificar o argumento de que o problema é do professor, que não resolve; ou do aluno, que não tem condições [de aprender]; do governo, que não investe; ou da família, que não liga - disse.

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maurício Holanda Maia, salientou que o ensino médio sempre funcionou como simples passagem para a universidade ou mercado de trabalho, no caso dos mais pobres. Para ele, esse ciclo necessita de "identidade" e isso deve partir de um

reconhecimento: o ensino médio é lugar de "convivência de jovens", seres em fase de afirmação e em busca de reconhecimento social.

- Se olharmos seus anseios, talvez possamos encontrar oportunidades para soluções mais significativas - comentou.

Maurício Maia, que também é secretário-adjunto de Educação do Ceará, sugeriu a ampliação das políticas de transferência de renda para os jovens carentes. Assim, eles teriam como acessar bens e serviços de baixo valor, como frequentar cinemas.

Clipping

CNTE

Emendas distorcem plano de educação

• Data: 09/06/2011
• Veículo: BRASIL ECONÔMICO
• Editoria: BRASIL
• Jornalista(s): Regiane de Oliveira
• Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Plano Nacional de Educação (PNE) recebe número recorde de 2,9 mil emendas de parlamentares. Na Constituinte de 1988 foram apenas 40

Regiane de Oliveira

A Câmara dos Deputados encerrou ontem o prazo para que fossem apresentadas emendas ao Projeto de Lei (PL 8035/2010), que aprova o segundo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). A surpresa é que para modificar as 20 metas iniciais encaminhadas pelo governo federal no final do ano passado ao Congresso, os parlamentares enviaram 2,9 mil emendas.

Segundo o presidente da Comissão Especial do PNE, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), o número é maior do que o recebido pela Assembleia Constituinte, em 1988. Na época, o texto ganhou 40 emendas, um número considerado recorde em comparação com outras constituintes, como a americana, que recebeu 30 emendas.

"É um fato inédito na Câmara, nunca um projeto de lei recebeu tantas emendas", afirma Vieira, ressaltando que 90% dos pedidos de modificações tem origem em movimentos sociais e sindicatos, que vem discutindo o tema nos últimos dois anos, mas que tiveram seus pleitos ignorados no projeto apresentado pelo governo. "Muitas emendas já são conhecidas pelo relator, como a que determina destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e não os 7% previstos no projeto original", diz o deputado.

"Várias entidades apresentaram seus projetos aos deputados, que acabaram encaminhando pautas repetidas", conta a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que faz parte da Comissão Especial do PNE.

Participação externa

Pelo menos nove entidades encaminharam modificações ao projeto de lei, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação e a União Nacional dos Estudantes. "Vamos fazer uma análise para saber qual o real montante do desafio e traçar um plano para continuar cumprindo a agenda", afirma a Professora Dorinha. A expectativa do governo e de entidades civis é que o novo PNE seja votado ainda neste ano. Para isto, o projeto teria de sair da Câmara

até setembro. O deputado Gastão Vieira espera que pelo menos cerca de mil emendas sejam apresentadas quando o relator abrir o substitutivo do projeto, já sobre a redação final. O problema é que o número alto de emendas pode prejudicar este processo. "O que temos é um desejo de que seja votado até o final do ano", afirma Vieira. "Não há nenhum compromisso em votar antes de dezembro."

Comissão

Por enquanto, a Comissão especial, composta por parlamentares ligados à educação, realizou quatro audiências públicas na Câmara dos Deputados, sobre qualidade na educação, expansão e universalização do acesso ao ensino, financiamento das políticas educacionais e educação especial e inclusiva

E por iniciativa da Comissão Especial, os deputados federais estão fazendo parcerias com deputados estaduais e organizando audiências públicas nos estados, geralmente nas assembleias legislativas. "Temos dois encontros com a Comissão Especial em Brasília e dois encontros com os estados por semana. A ritmo de trabalho está interessante o número de emendas complicada", afirma Professora Dorinha.

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação admite que das 101 emendas encaminhadas pelas entidades, apenas uma é novidade. "O número de emendas mostra que existe uma distância muito grande entre o que foi apresentado pelo governo e o que foi discutido na Conferência Nacional de Educação (Conae)", afirma Cara. Com Carolina Alves



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 9/6/11
Assunto: Inscrições para Medalha Paulo Freire estão abertas		Página: online

Inscrições para Medalha Paulo Freire estão abertas

Estão abertas, até 12 de julho, as inscrições para a quinta edição da Medalha Paulo Freire. A premiação será concedida a cinco iniciativas, entre políticas, programas e projetos que contribuam para a redução do analfabetismo e para que jovens e adultos continuem os estudos na educação básica.

Podem ser inscritas experiências que estejam em execução, em universidades, secretarias de educação, movimentos sociais e organizações não governamentais. O objetivo da medalha é reconhecer ações e políticas bem sucedidas e sua concessão não está vinculada a premiação em dinheiro.

No relato do projeto, a entidade responsável deve seguir uma série de passos; entre eles, descrever a abrangência territorial da ação, o público atendido e a realidade da educação local, além de acrescentar informações sociais, econômicas e educacionais do bairro ou distrito atendido. Deve, ainda, descrever como o trabalho é executado, o número de pessoas beneficiadas, os resultados alcançados e a perspectiva de continuidade da ação.

Calendário – A agenda da premiação deste ano compreende sete datas: inscrição até 12 de julho; análise dos trabalhos pelas secretarias estaduais e distrital de educação, até 28 de julho; envio dos trabalhos selecionados para o Ministério da Educação (MEC), até 5 de agosto; pré-seleção nacional de até dez experiências, de 8 a 19 de agosto; visita dos integrantes da comissão nacional aos locais onde se desenvolvem as experiências, de 1.º a 16 de setembro; seleção nacional, 7 de outubro; divulgação dos resultados, 17 de outubro. A data da entrega da medalha ainda não está definida.

Criada pelo decreto n.º 4.834/2003, mesmo instrumento que regulamentou o programa Brasil Alfabetizado, a Medalha Paulo Freire teve sua continuidade assegurada no artigo 13 do decreto n.º 6093/2007, que reformulou o Brasil Alfabetizado. O prêmio, que tem o nome de um dos mais notáveis educadores brasileiros, foi entregue pela primeira vez em 2005.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 9/6/11
Assunto: Aprovado PL que permite a detento usar frequência escolar para reduzir pena		Página: online

Aprovado PL que permite a detento usar frequência escolar para reduzir a pena

O Plenário aprovou na quarta-feira (8) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 265/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), com emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados. A matéria entrou na ordem do dia a pedido das lideranças partidárias. De acordo com o projeto, que vai à sanção presidencial, os condenados em todo o Brasil poderão descontar um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar.

De acordo com a Agência Senado, o relator na comissão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), citou, entre as emendas acrescentadas pela Câmara dos Deputados e acatadas pelo Senado Federal, a possibilidade de um preso que sofreu algum acidente continuar se beneficiando com a remissão da pena. Autor da matéria, Cristovam agradeceu aos deputados por terem incluído emenda que proíbe a remissão da pena para condenados por crimes hediondos, o que seria inconstitucional.

Cristovam Buarque elogiou o senador Pedro Taques (PDT-MT) por ter dito, na discussão da matéria, que o projeto liberta duplamente, ao reduzir a pena e ao dar uma educação que vai dar um trabalho ao ex-detento. Para o senador pelo Distrito Federal, o sistema carcerário deveria ser gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), não pelo da Justiça.

O projeto foi enviado à Câmara em setembro de 2010, após ter sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele permite, para a concessão do benefício, a utilização de horas frequentadas no ensino fundamental, médio (inclusive profissionalizante), superior ou ainda de requalificação profissional.

O preso poderá estudar de forma presencial ou em cursos a distância. A proposta também prevê que o tempo a ser resgatado pelo presidiário em função das horas de estudo será acrescido de um terço no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificado pelo órgão competente do sistema de educação.